

HISTÓRIA, AÇÃO E ÉTICA – COMENTÁRIO A RESPEITO DE HERMAN PAUL

HISTORY, ACTION, ETHICS – ON HERMAN PAUL

Pedro Telles da SILVEIRA*

Resumo: Os últimos anos têm assistido ao crescimento da reflexão sobre os aspectos éticos do ofício historiográfico. Sem pretensões de exaustividade, o presente ensaio aborda essas questões com especial ênfase ao trabalho do historiador holandês Herman Paul. Em uma série de artigos recentes, Paul busca instrumentalizar preocupações éticas numa renovação da história da historiografia. Aqui, procura-se analisar as implicações dessa passagem do texto à ação enquanto objeto de análise, além de sondar os limites da abordagem desenvolvida por Paul para uma abordagem ética relacionada não apenas ao passado mas também ao futuro da disciplina histórica.

Palavras-chave: Ética; História da Historiografia; Herman Paul

Abstract: Recently there has been a growing concern about the ethical aspects of historians' work. Without trying to be exhaustive, the presente essay tackles these questions with a special emphasis on the work of Dutch historian Herman Paul. In a series of articles, Paul tries to canalize ethical concerns into a renewed perspective about the history of historical writing. What I try to do here is to probe the limits of this approach in order to question not only the ethical concerns related to the past but also to the future of the historical science.

Keywords: Ethics; History of Historical Writing; Herman Paul

“História, psicanálise e giro ético”. Com esse título, Dominick LaCapra assinava o epílogo aos seis ensaios publicados em *History and Memory after Auschwitz*, originalmente publicado em 1998. Ao longo das cerca de trinta páginas que concluem o livro, LaCapra reforça a sugestão de pensar a elaboração psicanalítica para além do enquadramento clínico, concebendo-a como instrumento para buscar o controle sobre ações que, irrefletidas, tendem à repetição (LACAPRA, 2009, p. 224). O verbo “elaborar”, então, liga-se estreitamente ao problema do agir ético e ao juízo crítico que acompanha a tomada de posição de um agente que, frente ao passado e ao presente, adquire a condição de sujeito (LACAPRA, 2009, p. 214). Tornar-se sujeito através e com relação ao passado permite considerar a entrada em cena de um “giro ético” que, diante dos acontecimentos históricos traumáticos dos quais foi pleno o último século, enfrenta os pressupostos subjacentes a qualquer atividade intelectual ligada à compreensão e ao entendimento desse mesmo

* Doutorando em História (UFRGS). E-mail: pedrotellesdasilveira@gmail.com

passado (LACAPRA, 2009, p. 234). “A máxima aqui”, adverte o autor, “não é ‘perdoar e esquecer’, mas recordar de maneira que o perdão seja possível e que deixar passar implique uma esperança para o futuro” (LACAPRA, 2009, PP. 225-226).

Muita coisa mudou desde que essas palavras foram impressas e publicadas em livro. Entre a reflexão do historiador norte-americano, uma espécie de balanço escrito nos anos finais do século XX, e as duas primeiras décadas do novo século, o “giro ético-político” que, então, era apenas um desejo, tornou-se corrente. Estudos, reflexões, investigações e intervenções que articulam os problemas relacionados à atuação dos historiadores e historiadoras junto à sociedade na qual estão inseridos ou levantam questões a respeito dos problemas éticos, e não apenas epistemológicos, da compreensão histórica, ou indagações profundas sobre os sentidos que o conhecimento histórico assume junto às políticas de reparação e desigualdades resultantes de acontecimentos-limite ou determinados processos sociais – a escravidão é o primeiro exemplo que vem à mente –, ou, por fim, a atuação política e o significado, assim como os limites, da democracia, passaram a ocupar espaço em páginas de revistas, livros e congressos. Embora o sentido pleno da “elaboração” pensada por Dominick LaCapra não tenha necessariamente se cumprido (tampouco ele apresentou uma receita clara para que isso se realizasse), a preocupação ética dos historiadores e historiadoras permite repensar o problema epistemológico da verdade histórica, fazendo-o atravessar simultaneamente a práxis social e o conhecimento histórico, em resposta ao apelo para que os praticantes da disciplina histórica se posicionem mais firmemente na esfera pública. Tal situação impõe a pergunta pelo que os historiadores e historiadoras efetivamente fazem e o que eles ou elas podem realizar na sociedade em que estão inseridos. Impõe-se, então, um desdobramento à celebre pergunta de Michel de Certeau, uma vez que não se trata mais somente de “O que *fabrica* o historiador quando faz história” (CERTEAU, 2006, p. 65), mas também o que os historiadores fazem *enquanto* historiadores quando não estão fabricando história? Semelhante expansão do “questionário dos historiadores” mostra que sua atuação não se esgota nos textos que escrevem ou nos cursos que ministram, mas extrapolam o público acadêmico em direção à sociedade, o que permite entrever uma reconfiguração significativa do lugar social certeuniano.

Um conjunto tão grande de questões pode levar à consideração segundo a qual é contraproducente abordar o trabalho de apenas um autor, o historiador holandês Herman Paul, ou dedicar-se apenas a uma questão, a análise dos conceitos que ele vem desenvolvendo nos últimos anos, como pretendo fazer aqui. Entretanto, em um conjunto de artigos bastante influentes publicados nos últimos anos, Herman Paul tem apresentado uma reflexão rigorosa e sistemática que busca repensar o trabalho dos historiadores (e, até o momento, somente *historiadores*) nos termos de uma filosofia da ética e da ação. O “giro prático”, como ele denomina o seu pensamento e o de alguns outros autores acerca dos aspectos pragmáticos da obtenção de conhecimento e os valores a ela associados (PAUL, 2016b, PP. 137-138), implica desenvolver uma teoria da história e/ou uma história da historiografia que não se preocupe exclusivamente com o produto acabado do conhecimento dos historiadores – o texto escrito, a aula dada – mas que leve em conta o processo que conduziu à sua criação (PAUL, 2011b, p. 3). Ou, como o próprio autor define, o “comportamento que os historiadores apresentam quando leem, escrevem ou ensinam” (PAUL, 2011b, p. 4). Com esses pressupostos, Paul inicia um diálogo crítico com algumas das principais correntes da reflexão histórica das últimas décadas, em ensaios extremamente produtivos para revisitar a história da historiografia e nos quais, embora a palavra “ética” nunca apareça, preocupações éticas são facilmente perceptíveis.

Ainda que pleno de méritos, considero que o instrumental analítico concebido por Herman Paul encontra seu limite quando utilizado para reescrever o ofício dos historiadores e historiadoras. Devido a uma concepção demasiado estreita de ação e tradição disciplinar, ele não possibilita escapar aos problemas que pretende superar. Mais especificamente, sua proposta não supera os questionamentos colocados pelo giro linguístico, como presume que seja capaz, uma vez que não é bem-sucedido em lidar com a porosidade do lugar dos historiadores e historiadoras na sociedade. Não se trata de um problema de filosofia da ação, mas da insuficiência teórica em realizar o salto qualitativo de uma análise historiográfica a uma investigação ética que possibilite, até mesmo, diagnosticar o presente e sondar o futuro dos historiadores – e, subtraída a dimensão de futuro, a eventual preocupação com a ética torna-se puramente instrumental, ou seja, somente um instrumental analítico.

Abordarei esses problemas ao longo de quatro momentos. Início apresentando alguns dos significados e definições do chamado “giro ético” ou “giro ético-político”, seja na historiografia brasileira, seja em contexto internacional, ambos cada vez mais interpenetrados. O aparecimento dessas questões implica uma revisão crítica – novamente, aqui e lá – do legado do giro linguístico, tanto por meio de sua expansão, como ao mostrar o papel de outros elementos que não os metodológicos que condicionam a credibilidade dos historiadores e historiadoras, quanto em sua superação, mais nomeadamente na passagem do texto à ação enquanto objeto de estudos. Esses movimentos teóricos fornecem o pano de fundo para a proposta de Herman Paul, a qual discutirei na segunda e terceira seções deste texto. Primeiramente, descrevo o vocabulário do autor, em especial os conceitos de *habilidades* e *virtudes epistêmicas*, além do conceito de *personas acadêmicas*; depois, interrogo a relação entre constituição disciplinar e a perspectiva apresentada pelo autor. Ao conceber a atuação dos historiadores sob a ótica de *personas* e performances acadêmicas, não restringe ele a historiografia à aprovação dos pares? Como pensar uma atuação por parte dos historiadores que coloque em tensão os dois elementos, próximos porém distintos, da ética e da epistemologia, e não apenas reitere certos processos de subjetivação já garantidos de antemão? Essas perguntas encaminham a última parte de minha reflexão.

Do texto à ação

Três contribuições publicadas no ano de 2015 intentaram tornaram mais palpável a ideia de um giro ético-político na reflexão historiográfica brasileira. Nas palavras de André Voigt, a determinação em prospectar os limites ético-políticos do ofício histórico é perceptível “na medida em que ele está no cerne de um problema que se põe para a disciplina histórica e para o ofício do historiador na atualidade?” (VOIGT, 2015, p. 92). Que problema é esse? Outros dois autores, Marcelo de Mello Rangel e Fábio Muruci dos Santos, respondem: a diferença e como “garantir espaço para outros modos de ser, etnias, perspectivas, histórias, etc.” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8). Essa não é uma tendência apenas da historiografia, já que afeta também

(...) a filosofia, a teoria da literatura, a antropologia, a sociologia etc. e isso porque, como já mencionamos, o giro determinado pelo horizonte histórico contemporâneo, pela necessidade deste horizonte no que tange a

Página | 107

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

organizar-se a partir da palavra-chave – *diferença* (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8).

Nos dois trabalhos que assina em coautoria, Marcelo Rangel expande o horizonte do giro ético-político ao inseri-lo menos no conjunto das preocupações recentes dos historiadores que no desenvolvimento de tendências intrínsecas ao pensamento e à história ocidentais nos últimos séculos. Para Santos e Rangel, recém citados, é a própria modernidade que estabelece a possibilidade de um giro ético-político no mundo contemporâneo, uma vez que ela “se constitui a partir de ‘acontecimentos’ históricos radicais, os quais liberaram entes, desafios e possibilidades inéditas para as quais os homens e mulheres em geral não possuíam chaves de inteligibilidade” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Graças à aceleração do tempo histórico e da experiência política entre os séculos XVII e XIX, as categorias que facilitavam a compreensão do mundo então disponíveis encontraram-se fortemente questionadas, resultando no que “podemos chamar de ‘anomia’ ou de uma instabilidade significativa” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Fruto do processo de aquisição do saber, essa instabilidade conduziu a uma “espécie de intuição geral” compartilhada entre esses séculos “de que todo e qualquer juízo produzido mesmo no interior de espaços de investigação rigidamente controlados é determinado pelo mundo próprio ao sujeito de conhecimento” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 9). Em outras palavras, exauriram-se as fontes que legitimavam transcendentemente o conhecimento – Deus, por exemplo –, levando ao “questionamento acerca de toda e qualquer possibilidade de constituição de critérios de seleção de enunciados privilegiados em relação à realidade”, incluindo os enunciados historiográficos (ARAÚJO; RANGEL, 2015, p. 322).

No que tange à historiografia, a experiência moderna põe em xeque a anterior auto-evidência do valor da história para a vida, e conduz à pergunta “para que se faz história?” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10). Tal indagação, no entanto, não significa que a história se retira do mundo social que a circunda; ela não é, por exemplo, determinada apenas pelo interesse do historiador ou historiadora com relação ao passado. Pelo contrário, a historiografia desloca sua fonte de legitimidade de fatores transcendentais e procura se justificar pela realização do processo histórico que prenuncia. O estabelecimento do mundo histórico garante a legitimidade do conhecimento sobre esse mundo – a própria

historiografia. Sendo assim, a escrita da história, escrevem Marcelo Rangel e Valdeci Lopes de Araujo, adquiriu uma “determinação específica, a de pensar e/ou intervir no mundo que é o seu” (ARAUJO; RANGEL, 2015, p. 322). Tendo isso em mente, o constructo “ético-político”, aplicado à historiografia, é justificado quando se considera por *ético*, por exemplo,

(...) algo como o espaço que se habita, no interior do qual nos comportamos. De modo que a ética aparece como sendo, ao menos neste sentido, uma preocupação com o âmbito no interior do qual vivemos, a saber, o mundo contemporâneo,

enquanto *político*, por seu turno, significa

(...) uma atuação mais decisiva no que podemos chamar de “esfera pública”, a partir de um conjunto de orientações mais específica (sistemática) tendo em vista transformações num curto ou médio espaço de tempo.

E, por fim, o giro ético-político pode indicar um conjunto

(...) 1) de reflexões dedicada a pensar este mundo, suas determinações próprias, questões específicas e possibilidades no interior da teoria, da história da historiografia e da historiografia em geral ou 2) de intervenções mais delimitadas no interior deste mundo a partir da teoria da história da HH em geral, orientadas por um conjunto bem-definido de ideias, as quais buscam transformações também específicas num curto ou médio espaço de tempo, ou ainda 3) de tematizações do mundo contemporâneo a partir da teoria, da HH e da historiografia em geral, que sejam orientadas por 1 e 2 a um só tempo (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 8).

Através dessas considerações, percebe-se que o giro ético-político é modelado a partir de outra guinada historiográfica, o giro linguístico. Essa apreensão é corroborada pela dependência da narrativa que concede à modernidade o papel de desestabilizar as condições de legitimidade dos enunciados sobre a realidade. O conhecimento, tornado contingente, exige uma “fundamentação ou mesmo justificativa ético-política” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 328), uma vez que não existem bases inquestionáveis que lhe assegurem a validade.

Essa situação é exacerbada pela experiência histórica do século XX, marcada por eventos traumáticos e dilacerantes. De acordo com Rangel e Santos, um segundo conjunto

de condições de possibilidade do giro ético-político advém do reconhecimento, obtido ao longo do século, “de que seu passado imediato era responsável, nesse caso culpado, pelos seus ‘traumas’”, levando à “culpabilização e posterior negação do par identidade e racionalismo/verdade num sentido forte e correspondentista” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10). O esgotamento de um modelo de representação baseado na identidade entre os enunciados e a realidade fez surgir o que se “tornaria uma espécie de tarefa do mundo contemporâneo”, qual seja, “defender ou resguardar algum espaço a visões de mundo distintas, etnias, perspectivas, memórias e tradições, e isto também a partir da compreensão de que todo e qualquer enunciado se constitui necessariamente a partir de uma dimensão relacional” (RANGEL; SANTOS, 2015, p. 10).

Embora sugestiva, entretanto, essa não é a única interpretação possível a respeito do último século e seu significado. Para outros, o século XX, muitas vezes considerado palco do “fim das certezas”, foi caracterizado por um impulso em direção à verdade, não apenas debatida e contestada mas também duramente defendida (BADIOU, 2007). Além disso, a narrativa a respeito da modernidade, de inspiração koselleckiana, é uma base frágil sobre a qual construir o entendimento da modernidade como abertura com relação ao problema da diferença. Que a diferença apareça justamente como *problema* já aponta que essa maior abertura foi somente uma das reações possíveis frente à instabilidade conceitual (e, talvez, uma muito mais apropriada a um período *pós-moderno*, no sentido de posterior à vigência incontestada desse conceito moderno de história). A modernidade também é um processo de homogeneização e negação da diferença, encarnada na dissolução e desenraizamento de comunidades e modos de vida tradicionais, em nome de uma concepção na qual seu valor era dado e auto-evidente. Para além disso, permanece uma concepção de verdade “correspondentista”, cujo significado último é a adequação entre enunciado e realidade, de modo que a ética aparece como um complemento de legitimidade, e não como a fundação do saber. Embora seja proveitoso manter a separação analítica entre questões éticas e epistemológicas, as contribuições analisadas até agora não completam a transição de uma epistemologia – transcendental? – à ação enquanto elemento de fundo na prática científica historiográfica. A distinção entre *matters of fact* e *matters of concern*, para utilizar o vocabulário de Bruno Latour (2004), resta ainda por fazer; na realidade, é a própria

manutenção da distinção entre os domínios do fato e da opinião, junto ao pressuposto da história enquanto inscrição da verdade, que justifica (mas também limita) a pretensão da historiografia enquanto conhecimento ético.

Essa ampla gama de questões também está presente em outro giro epistemológico, agora contemporâneo: o “giro performativo”. Segundo Ewa Domanska, no fundo do “giro performativo” está a “categoria da mudança como valor positivo no mundo atual”, de modo que “realizar mudanças, ser o agente delas e não seu objeto: aí está o modelo desejável do que se pode extrair da leitura dos trabalhos dos humanistas atuais” (DOMANSKA, 2011, p. 136):

Nos textos ligados às abordagens que se podem classificar no interior de uma nova humanística, não há muito espaço para a contemplação do mundo; pelo contrário, neles se constrói um espaço para as rebeliões e as revoluções. Esses textos, que com muita frequência são manifestos programáticos de diferentes movimentos de minorias, é necessário conscientizar os sujeitos de sua força enquanto agentes, aspecto do qual muitas vezes não são conscientes. É, pois, um movimento tipicamente marxista e, nesse contexto, se pode dizer que o “giro performativo” é um símbolo do “esquerdismo” das novas humanidades, além de efeito e elemento de seu processo de politização (DOMANSKA, 2011, p. 136).

Nesse processo de politização, “performance” – ou ação – não são apenas objetos mas também métodos de análise. O conceito de performance está ligado a dois problemas principais: a ação ou a interpretação, em sentido que lhe aproxima das artes dramáticas, ou a teoria dos atos de fala, que conduz à desconstrução e aos estudos de gênero e *queer* (DOMANSKA, 2011, p. 126). Todavia, ainda mais significativo, é o reconhecimento da performatividade como dimensão epistêmica, social e política das humanidades, o que possibilita a aproximação entre estudiosos e artistas de diferentes campos (DOMANSKA, 2011, p. 129). Essas preocupações revertem sobre o próprio estatuto institucional das humanidades. Como afirma,

(...) a performance constitui uma forma de resistência frente às limitações que provêm da disciplinariedade que impõe aos pesquisadores convenções relacionadas com o rigor da realização de suas pesquisas e com a apresentação dos resultados das mesmas (DOMANSKA, 2011, p. 130).

Em todos os casos, o “giro performativo”, na maneira como é concebido pela pesquisadora polonesa, estabelece uma relação crítica com o giro linguístico, buscando superá-lo. Para a autora, ele pressupõe o abandono da metáfora do mundo como texto, substituindo-a pela compreensão do mundo “como multiplicidade de ações performativas e como performance na qual se toma parte” (DOMANSKA, 2011, p. 130). O esgotamento da problemática das relações entre linguagem e realidade torna necessário abandonar o problema da representação e passar para as relações entre linguagem e ação (DOMANSKA, 2011, p. 135). Adotando um tom simultaneamente provocador e seguro, Ewa Domanska escreve que o “giro performativo” é um indício pelo qual se pode compreender que “as correntes pós-modernistas (...) estão esgotadas e não pertencem mais à atualidade, senão à história das humanidades” (DOMANSKA, 2011, pp. 131-132). Isso não significa que não sejam mais relevantes, mas que as questões mudaram. Assim concebido, o “giro performativo” é uma oposição – ou superação – de tendências historiográficas ou humanísticas que já perderam, há muito tempo, seu verniz de vanguarda.

Uma apreensão semelhante é encontrada no contexto brasileiro. Em balanço bibliográfico recente, Alexandre Avelar e Marcia Gonçalves afirmam existir um “movimento que passa a apontar para um crescente sentimento de insatisfação, quanto ao uso das teses linguísticas pela historiografia”:

Um elemento comum entre os autores que abraçam esta crítica ao *linguistic turn* é a reação à concepção de cultura como um sistema de símbolos, em favor de uma visão que enfatiza o caráter performativo de sua constituição, através de um conjunto de práticas permeadas por ações, relações de poder, lutas, contradições e mudanças (AVELAR; GONÇALVES, 2015, p. 67).

A transição de um giro a outro, performativo ou ético-político, mostra o deslocamento das preocupações do texto em direção à ação. A indagação em torno à ética dos historiadores e historiadoras são realizadas a partir desse deslocamento, seja na pergunta pelos limites do agir histórico dos sujeitos implicados em seu tempo, seja na exploração das possibilidades de transformação capazes de resultar dos trabalhos historiográficos implicados eles também em seu mundo e seu tempo.

Embora não tenha pretensões de exaustividade, considero que não seria possível encerrar essa discussão inicial sem mencionar alguns trabalhos recentes que se valem do conceito de ética como instrumento analítico para abordar formações historiográficas pretéritas. Em artigo publicado em 2009, Rodrigo Turin se propôs analisar a “formação da ética que modelou o trabalho do historiador oitocentista” no Brasil (TURIN, 2009, p. 14). Propondo-se retirar a preponderância dos aspectos metodológicos na abordagem dos historiadores do século XIX e estudar os valores que orientam e legitimam essa atuação, o autor desloca a ênfase das obras compostas por esses sujeitos para os modos pelos quais, nos debates intelectuais, na correspondência trocada, nos prefácios aos volumes, em frequentes discursos, eles apresentam modelos de conduta que certificam seu trabalho. De acordo com Turin, existem três *topoi* mobilizados ao longo do Oitocentos para caracterizar a empresa historiográfica, quais sejam, sinceridade, cientificidade e instrumentalidade do saber.

Para o autor, é a natureza política da escrita histórica que justifica o caráter ético do ofício de historiador. Escrever significa estabelecer a relação entre quem escreve, o lugar a partir do qual o faz e o projeto que defende (TURIN, 2009, p. 14). No caso da historiografia oitocentista, ela deixou de fazer referência a um repertório consolidado de ensinamentos para contribuir com a formação da unidade nacional, agora temporalizada. O vínculo do historiador com a nação é correlato à transformação da história em arma política, característica da modernidade, e se apresenta como um dos modos de responder à indeterminação dos enunciados sobre a realidade. Tal vínculo, ao garantir a certeza da relação entre o que os historiadores e historiadoras afirmam e uma determinada visão do real, compõe os contornos da difícil noção de objetividade (TURIN, 2009, pp. 13; 18).

Pouco é dito, entretanto, a respeito do *ethos*, palavra utilizada apenas no título e resumo do artigo. Em compensação, utiliza-se a expressão *ética historiográfica*. Essa expressão também aparece no trabalho de Evandro Santos, no qual é estudada a atuação de Francisco Adolfo de Varnhagen na primeira metade do século XIX. Nas páginas de sua tese de doutoramento, ética recebe uma série de significados, e pode indicar a afirmação do sujeito enquanto agente político, a reflexão sobre a inserção social dos historiadores e historiadoras, ou a consideração acerca das relações entre o saber histórico e cotidiano

(SANTOS, 2014, pp. 24; 26; 156-157). Características como rigor, diligência, imparcialidade e neutralidade revestem-se de peso moral e, simultaneamente, assumem caráter descritivo para aqueles que, afastados mais de um século, agora examinam os trabalhos desses historiadores. Preocupação semelhante transparece em dois trabalhos de Maria da Glória Oliveira (2010; 2013), que utiliza esses conceitos para avaliar a obra de Capistrano de Abreu na transição do XIX para o XX. Em termos analíticos, os três autores leem os historiadores em busca de como eles apresentam a si mesmos, aos seus pares e às instâncias que legitimam a produção historiográfica. Essa auto-apresentação fornece a ligação entre *ethos* e ética – ela compõe o liame de um conjunto de procedimentos mobilizados para a legitimação da atividade realizada.

Não obstante a própria multiplicação de “giros” ou “guinadas” seja uma característica do campo crítico, teórico ou, mais simplesmente, historiográfico contemporâneo cuja validade também deva ser avaliada (CHUN, 2016, loc. 1862), é possível reconhecer a consolidação de um conjunto de questões que procede da análise dos produtos acabados – os textos – dos historiadores e historiadoras, atuais ou passados, aos procedimentos que levaram à sua construção ou legitimação. Tal passagem não significa, contudo, apenas uma renovação da importância dos aspectos metodológicos que asseguram uma leitura correta das fontes ou uso adequado dos conceitos no momento de interpretá-las. Pelo contrário, a consolidação de um giro ético-político, prático ou performativo passa pelo reconhecimento da existência de outros elementos além dos propriamente metodológicos que garantem a credibilidade das interpretações históricas. Esses elementos são valores compartilhados entre a comunidade dos historiadores ou apreciados pelo público (ou agências de fomento) que os lê ou atitudes que pautam o modo como as obras são avaliadas. A fusão entre os aspectos relacionados ao *ethos* – o modo como os agentes se apresentam – e à ética, que dizem respeito à interação desses sujeitos com os outros, leva à admissão, que em tudo corrobora a percepção do esgotamento das bases transcendentais para a legitimação do conhecimento, da situação que Barbara Hernstein Smith denominou *simetria epistêmica*, ou seja,

(...) a ideia de que todos os juízos e crenças, incluindo os nossos próprios, são produzidos e operam igualmente de modo contingente, ou seja, são formados em resposta a condições mais ou menos particulares e variáveis

Página | 114

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

(experienciais, históricas, culturais, discursivas, circunstanciais, e assim por diante) e opera com maior ou menor validade (em uma acepção de aplicabilidade, força ou adequação) em relação a tais condições (SMITH, 2002, p. 41).

Da ação ao caráter

Os autores e abordagens analisados acima demonstram as diferentes maneiras pelas quais é efetuada a passagem do texto à ação – e, ligados ao reconhecimento da variedade de condições que tornam os enunciados históricos críveis, introduzem a relação entre conhecimento histórico, ética e sociedade. Nos trabalhos de Rodrigo Turin, Evandro Santos e Maria da Glória Oliveira, no entanto, a construção do *ethos* dos historiadores ocorre em contextos de disciplinarização “fraca”, devido à relativa menor institucionalização dos trabalhos históricos. O reconhecimento desse aspecto lança suspeitas sobre sua pertinência para situações diversas nas quais a disciplina histórica é ou já estruturada ou está em vias de consolidação. Não é por outro motivo, logo, que a contribuição de Herman Paul é tão valiosa.

Em artigos recentes, todos eles publicados nos últimos cinco anos, o historiador holandês tem sugerido caminhos para passar do que “os historiadores *produzem* (explicações, narrativas) para o que é necessário realizar no *processo* de adquirir e divulgar conhecimento (pesquisa, ensino, extensão)” (PAUL, 2016b, p. 139). Trata-se de uma manobra intelectual que procede igualmente do texto às ações e, por esse motivo, pode ser alocada junto à reflexão contemporânea sobre a ética nos estudos históricos; ela também reitera a percepção de um esgotamento do giro linguístico:

Se uma “filosofia da história após Hayden White” tem de expandir as categorias relacionadas ao estilo elaboradas por ele de modo a englobar aqueles elementos não-discursivos da conduta do historiador, então ela necessita de um vocabulário para descrever, classificar e comparar essas performances históricas (PAUL, 2014, p. 352).

Para o autor, o vocabulário dessa nova filosofia da história é escrito com a linguagem das *virtudes* e *habilidades*. Ambos os termos são tomados de empréstimo da área denominada, no mundo acadêmico anglo-saxão, *virtue epistemology*, cujo propósito é compreender os valores que governam a escolha em determinada explicação científica em detrimento de outra. Sem se deter no problema de quais virtudes – atemporais – que

conduzem à crença científica (PAUL, 2011b, pp. 8-9; 2016b, p. 139), o autor procede à historicização das *virtudes epistêmicas* que compõem o trabalho dos historiadores em cada contexto (PAUL, 2011b, p. 12). O conceito de *virtudes epistêmicas* compreende traços de caráter adquiridos através da prática que moldam a atuação do sujeito historiador em busca de um determinado fim – no caso, o conhecimento. Virtudes, em geral, e *virtudes epistêmicas*, em particular, destaca Paul, estão “orientadas em direção a fins [*goods*] que seus praticantes reconhecem como constitutivos de suas práticas (por exemplo, investigação moral, pesquisa científica, deliberação política) com a qual estão envolvidos” (PAUL, 2014, p. 359). Elas se complementam com as *habilidades*, as quais também são aprendidas pela prática, mas se referem a conhecimentos de caráter mais técnico relacionado a atividades específicas, como o aprendizado de outro idioma, o estudo de paleografia etc. (PAUL, 2014, p. 358).

As diferentes combinações de *habilidades* e *virtudes epistêmicas* compõem modelos ou arquétipos de trabalho dos historiadores, recebendo o nome de *personas acadêmicas*. O conceito foi primeiramente elaborado pelo grupo liderado pela historiadora da ciência Lorraine Daston para abordar a construção de si dos sujeitos pesquisadores nas ciências, introduzindo uma dimensão relacionada à intersubjetividade que compõe importante faceta da realização das ciências (DASTON, 2003). Sendo assim, outro precursor para o projeto de Paul é o trabalho de Steven Shapin, relacionado a uma “história social da verdade”, como é nomeada uma de suas obras (SHAPIN, 1994). No caso do historiador holandês, as *personas acadêmicas* se referem a “modelos de construção de si [*selfhood*] acadêmicos ou aos modelos de habilidades, atitudes e disposições que são considerados cruciais para a busca do conhecimento acadêmico” (PAUL, 2014, p. 353). As *personas acadêmicas* são processos de subjetivação que implicam a aceitação e a performance de certos procedimentos, valores e atitudes. Em suas próprias palavras,

Personas e performances são como os dois polos de uma elipse: elas pressupõem uma à outra. Os historiadores necessitam deste par de termos – não apenas de um ou outro – para fazer justiça tanto à agência individual (a liberdade para escolher, rejeitar, adaptar e transformar modelos existentes de subjetivação acadêmica) e o poder discursivo de papéis culturalmente sancionados (as *personas acadêmicas* disponíveis em um determinado tempo e lugar) (PAUL, 2016b, p. 143).

E, como as *personas* não são estritamente disciplinares, mas se referem a um conjunto mais amplo de saberes, elas possibilitam o estudo de histórias da ciência – ou das humanidades – transdisciplinares, já que o foco recai mais sobre a performance dos sujeitos que em sua relação com as instituições (PAUL, 2016b, p. 145). Em contrapartida, o conceito permite entrever que as disciplinas se efetivam no indivíduo ou no relacionamento entre os indivíduos, isto é, os pares. Logo, a ausência de sobredeterminação disciplinar não resulta em falta de normatividade, apenas que esta é realocada de um contexto mais amplo em direção à “microfísica” das atividades profissionais. Voltando para si o diagnóstico que faz das injunções presentes no manual escrito por Langlois e Seignobos, pode-se dizer que também para Herman Paul “o trabalho acadêmico requeria [e requer], então, uma disciplinarização de si no sentido foucaultiano” (PAUL, 2011b, p. 5; ver OHARA, 2016).

Através desse conjunto de conceitos, Herman Paul tem se dedicado ao estudo de caso de grandes historiadores da transição entre o século XIX e o XX, como Ernst Bernheim (2011a) e Albert Naudé (2016c). É justo nesse momento, entretanto, que se pode introduzir certas dúvidas com relação ao projeto do historiador holandês.

Comparadas à *ética historiográfica* esboçada por Rodrigo Turin e melhor desenvolvida por Evandro Santos, a abordagem de Herman Paul parece ter menor dinamicidade. Isso ocorre porque, no texto dos historiadores brasileiros, o *ethos* é o meio pelo qual ocorre um processo ativo de argumentação. A auto-apresentação dos historiadores é um meio de realizar a persuasão, convencer os colegas e intervir no seu entorno – não é à toa, portanto, que ética e *ethos* se misturem. No caso de Paul, contudo, é estranho que justamente o aspecto performativo da constituição de um *ethos* historiográfico – outro nome possível para as *personas acadêmicas* – pareça estar em segundo plano frente às normas que constituem o sujeito historiador. Embora em texto recente o autor tenha procurado matizar essa apreensão ressaltando que *personas* e performances sempre devam ser pensadas em conjunto (PAUL, 2016b, p. 143), torna-se difícil perceber semelhante conjunção quando ele assume o compromisso com uma história da historiografia baseada na acumulação de repertório de *personas* possíveis (PAUL, 2016b, p. 146). Para o historiador holandês, a legitimidade de determinada *persona acadêmica* sempre provém de sua relação com arquétipos acadêmicos previamente disponíveis.

Pensado assim, o conceito de *persona acadêmica* impõe a transição do julgamento da validade dos enunciados para a avaliação do caráter dos sujeitos que os enunciam. Da performance ao caráter, assume-se como pressuposto que apenas sujeitos disciplinados corretamente – e que disciplinarização assumiria a si mesma como errada? – produzem conhecimento considerado correto. Esse círculo vicioso entre caráter, subjetivação e disciplina torna-se mais problemático pela recusa em admitir na análise elementos exteriores ao debate concernente às regras, valores e *virtudes* realizado no interior das próprias formações disciplinares. Não é à toa que sua atenção se centra sobretudo em manuais históricos nos quais tais discussões se tornam manifestas, à exclusão de considerações sobre a sociedade, a política ou, simplesmente, os arranjos institucionais nos quais tais debates se inserem. Estranhamente, no trajeto percorrido por Paul, é justo a ação, categoria-chave tanto para o giro ético-político quanto para o giro prático, que se perde pelo caminho.

Do caráter à disciplina

Enfatizar as *virtudes epistêmicas* possibilita, lembra Herman Paul, conceber histórias que escapem aos limites disciplinares dos saberes acadêmicos, já que elas podem se encontrar em mais de um campo de conhecimento (PAUL, 2011b, p. 13). Uma vez que o foco recai sobre o processo de socialização que institui o comportamento dos indivíduos sob determinada configuração epistêmica, o resultado seria um estudo de práticas, entendidas enquanto “formas rotineiras de comportamento”, de acordo com a menção a Andreas Reckwitz feita pelo autor (PAUL, 2011b, p. 11). Em contraposição, o autor compreende as disciplinas como “arranjos institucionais consolidados em organizações profissionais, cátedras e programas de pós-graduação” (PAUL, 2011b, p. 11), em tudo alheias, no entanto, ao seu objeto de estudos. Não é possível perguntar, no entanto, se as disciplinas, dispensadas tão rapidamente, não retornam como fator de constituição de seu argumento? Seria a distinção entre práticas e disciplinas tão fácil de ser realizada quanto o autor sugere?

Historicamente, as disciplinas diziam respeito à relação estabelecida entre mestre e aluno (KELLEY, 1997, p. 15). Disciplina e discípulo estavam fortemente vinculados, o que

indica serem as práticas aprendidas – a socialização – indistintas da disciplina em si. O panorama se complexifica na transição para o período moderno, quando a reorganização dos saberes traz outra feição ao conhecimento. Ao longo do século XVIII, o conhecimento passa a se organizar em torno à descoberta de analogias ocultas entre os objetos – funções inerentes a eles – ou problemas que lhe são impostos (WEINGART, 2010, p. 5). Essa nova organização encontrou seu espaço em comunidade delimitadas por métodos e questões comuns (WEINGART, 2010, p. 5), para não mencionar os valores estimados e as atitudes compartilhadas entre seus membros. Tais comunidades foram progressivamente incorporadas pelas universidades conforme avançava o século XIX e se consolidava sua transformação em instituições de pesquisa e não (apenas) conservação da ortodoxia epistemológica ou do status social. Os saberes compartilhados por essas comunidades eram alcançados por meio de uma iniciação, como o ingresso num curso ou a obtenção de um diploma. Estabilização institucional, socialização acadêmica e especialização do saber são um e mesmo processo. Em resumo, disciplinas são práticas epistêmicas e identitárias, enquanto as práticas epistêmicas são processos de disciplinarização.

Ao diminuir a importância dos contextos institucionais, não se estabelece uma visão demasiado empobrecida da história da ciência, uma vez que a prática científica não é apenas aquela estabelecida entre os indivíduos e suas relações? É sintomático, nesse sentido, que Paul rejeite a inclusão de sujeitos alheios àqueles mais evidentemente disciplinarizados – como os historiadores – em seus estudos. Como se sabe, a ampliação da cadeia de produção do conhecimento para incluir não apenas os cientistas mas também os diversos intermediários é uma das principais conquistas dos *science studies* nas últimas décadas. Para o historiador holandês, no entanto, “as definições de *personas acadêmicas* não melhorariam se incluíssemos” outros sujeitos nela, pois

Certamente são necessários pedreiros, carpinteiros, eletricitas e encanadores para construir uma casa, mas seria estranho encontrar esses trabalhadores previstos na planta da casa ou tendo papel relevante na distinção arquitetônica entre *villas*, bangalôs e casas de campo.

Para o autor,

(...) seria um erro de categoria – uma mistura de *personas* e performances e uma confusão dos dois polos da elipse – dedicar atenção às práticas materiais e corporificadas que moldam as identidades acadêmicas a partir das definições de

Página | 119

Pedro Telles da SILVEIRA

História e Cultura, Franca, v. 6, n. 3, p.104-127, dez-mar. 2017.

personas acadêmicas. Nós precisamos de um conceito de *personas acadêmicas* assim como historiadores da arquitetura necessitam de tais arquétipos como “*villa*”, “*bangalô*” ou “*casa de campo*”: não para oferecer descrições densas de casas individuais que estão em construção, mas para facilitar a reflexão sobre os modelos e arquétipos nos quais os arquitetos se baseiam (PAUL, 2016b, p. 152).

Embora o autor precise os limites dos conceitos que utiliza, percebe-se a permanência de um traço idealista em sua abordagem e corre-se o risco de se indagar qual é o ganho de conhecimento obtido por sua abordagem além da reiteração do que já está escrito nos manuais nos quais tais valores e *virtudes* são mencionados. Os estudos do historiador holandês, desse modo, tecem a trama das práticas como um conjunto de normas tanto mais cerrado quanto imaterial. O vocabulário articulado pelas *virtudes epistêmicas* ou pelas *personas acadêmicas* não expressa o que os historiadores fizeram tampouco o que fazem, mas o que deveriam fazer ou, com a licença de uma pequena travessura epistêmica, não o que os historiadores fazem, mas o que os historiadores dizem que outros historiadores deveriam fazer.

Isso conduz a um modelo de ciência reduzido à aprovação dos pares. Essa não é apenas mais um elo na cadeia de legitimação do saber, mas o principal meio que provê os juízos de quais obras são válidas ou não, através da avaliação do caráter do autor que a escreveu. O resultado é um conjunto de reflexões obcecado com a normatividade, a tal ponto que, em última instância, ou o historiador é disciplinado, ou não é historiador. Estabelecer o consenso *inter pares* como garantia da legitimidade do conhecimento poderia ser uma abertura à contingência intrínseca a todo saber na modernidade caso não repousasse sobre uma concepção segundo a qual, ao cabo, as disciplinas legitimam a si mesmas. E, com essa questão, volto ao cerne, na verdade ainda não resolvido, do problema colocado, senão pelo giro linguístico, ao menos pela obra de um autor que Herman Paul conhece muito bem: Hayden White.

Para o autor, o que White apresentou em *Metahistória* (2008 [1973]) não seria simplesmente uma sucessão de conflitos entre estilos de escrita, mas sim entre modos de trabalho historiográfico (PAUL, 2014, p. 352). São os modos de proceder historiograficamente que respondem pelo fundamento ético-político que, segundo White, torna as interpretações históricas mais ou menos críveis ou adequadas. Por meio dos conceitos de *virtudes epistêmicas* e *personas acadêmicas*, Paul remete ao consenso entre os

pares o fundamento (social) que provê um princípio seguro contra a instabilidade fundamental dos enunciados na modernidade. Pode-se remeter, no entanto, a uma rápida observação de White na introdução a seu livro de 1973 para compreender a distância existente com relação às abordagens de Herman Paul. Como propõe o historiador norte-americano, a “obra histórica representa uma tentativa de mediação entre o que eu chamarei de *campo histórico*, o *registro histórico* não processado, *outros relatos históricos* e um *público*” (WHITE, 2008 [1973], p. 21). Mas quantos desses elementos estão presentes na teorização de Herman Paul?

É possível divisar inúmeros aspectos positivos da proposta de Herman Paul, quando não pela precisão com que desenvolve seus conceitos, tais como a abertura de novos campos de estudo, uma renovada atenção às práticas envolvidas na atividade historiográfica, com especial ênfase a elementos antes considerados triviais (como aqueles ressaltados pelas *habilidades epistêmicas*, tão pouco faladas) e a tentativa de lidar com a instabilidade intrínseca aos enunciados que é um problema – senão o problema – ético-político da historiografia desde a segunda metade do século XX. Entretanto, essa instabilidade é vista apenas como um mal a ser remediado, e não como um dado intrínseco à comunicação, inclusive a científica (SMITH, 2002, p. 148). Ao conceber o uso da linguagem como um problema que tem de ser resolvido desde já pela aprovação dos pares, o historiador holandês não perde de vista justo a capacidade de invenção poética que Hayden White tanto se esforçou para cultivar no trabalho dos historiadores e que seria a chave para uma intervenção libertadora – isto é, propriamente ética e política – dos estudos históricos? Por fim, há dividendos de desigual categoria quando se iguala, em última instância, o sucesso da argumentação histórica e seu grau de disciplinarização. Esse procedimento tem um peso para o passado e outro para o presente. Se, no primeiro caso, ele é uma forma de analisar disputas historiográficas pretéritas; no segundo caso, pode ser uma forma de desqualificar como epistemicamente viciadas obras que talvez estabelecessem as novas virtudes – epistêmicas, éticas, políticas – do futuro.

O consenso em movimento

No fundo, o problema que acompanha essas páginas é o mesmo que a filósofa francesa Barbara Cassin nomeou “paradoxo do consenso” e que consiste na consideração segundo a qual “Se a cultura é o fato de que cada um interioriza os valores de todos, se o vínculo social é a partilha desses valores comuns, como fazer para que haja progresso? Em outras palavras, podemos pretender seriamente ser ao mesmo tempo a favor do consenso e da mudança?” (CASSIN, 1993, p. 36). A questão se torna mais candente uma vez que o pressuposto da instrução é que se possa alterar o consenso, atualizando-o (CASSIN, 1993, p. 37). Tendo isso em mente, é possível dizer, ainda junto com a autora, que existem duas perspectivas abertas para se refletir a respeito do consenso. A primeira, identificada com a filosofia platônica, é a que imagina uma comunidade política orgânica, na qual as partes se submetem ao todo; como resultado, a comunidade “não sabe ou não quer tratar a livre concorrência das singularidades que o constituem” (CASSIN, 1990, p. 87). Para a segunda, por sua vez, relacionada tanto à sofística quanto ao pensamento aristotélico,

Não se trata de ter as mesmas opiniões ou os mesmos conceitos, em astronomia, por exemplo, mas, em síntese, de estar em acordo sobre os fins e os meios praticamente importantes (CASSIN, 1990, p. 93).

Sendo assim, o consenso é o “estado de equilíbrio produzido pelo exercício da singularidade e o do interesse egoísta levado até o extremo”; mais uma vez, afirma a autora, “a mistura democrática tira partido dos próprios defeitos” (CASSIN, 1990, p. 94). Em outras palavras, o consenso democrático não é apenas plural como também está em constante movimento.

Transposto para o debate aqui apresentado, pode-se traduzir esse conjunto de questões na seguinte pergunta: qual o espaço para a mudança historiográfica no interior dos parâmetros estabelecidos pelo vocabulário das *virtudes epistêmicas* e *personas acadêmicas*, sobretudo quando sua única fonte de legitimidade parecer ser aquela estabelecida através das tradições constituídas em torno a essas mesmas categorias? Num primeiro momento, isso pode ser fácil de responder. Trata-se de elaborar uma história não-linear ou, ao menos, não-teleológica, da disciplina histórica que consiga apreender a variedade de estilos e práticas historiográficas (PAUL, TESES). Historicizar o passado da disciplina é a forma pela qual esse projeto pode ser perseguido (PAUL, 2016b, p. 150).

Entretanto, esse olhar retrospectivo não se torna um problema para o estabelecimento de ligações com o presente e o futuro dessa mesma disciplina? Um exemplo desses questionamentos se encontra nos próprios escritos de Herman Paul. Em artigo recente, ele menciona o trabalho do historiador suíço Casper Hirschi. Estudioso das controvérsias intelectuais da primeira modernidade, Paul faz referência a estudo recente de Hirschi, no qual este começava se referindo a sua própria situação como jovem pesquisador que ainda não obteve uma posição fixa de ensino ou pesquisa (PAUL, 2016, p. 136). Talvez por isso, destaca Hirschi, escreve Paul, ele manifeste tamanho interesse

(...) nas tensões entre os nobres ideias da pesquisa enquanto conversação democrática, na qual os argumentos supostamente são a única coisa que importa, e as “fortes hierarquias” das instituições acadêmicas nas quais estas conversações deveriam tomar lugar (PAUL, 2016b, p. 136).

Ao término do artigo, entretanto, o nome de Hirschi é invocado como um meio para o próprio autor, Herman Paul, refletir acerca de sua trajetória acadêmica. Enquanto estudante de graduação, ele foi treinado na pesquisa em arquivos; depois, quando cursava o pós-graduação, estudou o trabalho de Hayden White, sendo apresentado a outro modelo bastante diverso de historiografia; por fim, agora, enquanto diretor de um grupo de pesquisa em Leiden, ele é confrontado com as exigências da burocracia acadêmica (PAUL, 2016b, pp. 147-148). “Confrontado com tamanha diversidade de modelos”, ele resume,

(...) eu suponho que não seja o único historiador refletindo sobre essas questões, tais como “há qualquer diferença entre um historiador bem ou mal sucedido?”, “Que espécie de historiador eu quero ser?” e “Como posso navegar as tensões entre meus ideais, minhas expectativas e as de meus alunos e o público mais amplo, além das práticas de subjetificação que dominam a vida acadêmica atual?” (PAUL, 2016b, p. 148).

Embora sejam todas questões bastante pertinentes, elas estão bastante distantes dos problemas apontados por Hirschi. Isso se torna mais evidente considerando-se como é removida a ênfase de aspectos estruturais – a instituição universitária, na qual apenas em tese é a qualidade da argumentação que importa primordialmente – em direção a inquietações individuais – “Que espécie de historiador *eu* quero ser?”.

O problema, entretanto, não é a existência de muitos modelos de conduta acadêmica disponíveis para serem escolhidos pelos historiadores, mas sim que nem todos os modelos de conduta são igualmente valorizados tanto aos olhos da instituição acadêmica quanto da

própria comunidade de historiadores. E, na medida em que o conhecimento histórico é, na mirada de Paul, delimitado pela ética compartilhada entre os pares, o próprio conjunto de *virtudes epistêmicas*, construído coletiva mas não igualitariamente, já “carregado de conotações normativas” (PAUL, 2016b, p. 150), é instrumento por meio do qual se pode evitar – politicamente – que certos valores alcancem legitimidade epistêmica. Ética e epistemologia, no pensamento do autor, portanto, limitam-se mutuamente; mas o que aconteceria se ambas fossem colocadas em tensão?

Com isso, não quero afirmar uma prática científica situada para além de considerações éticas ou morais, tampouco sustentar que a pesquisa histórica é determinada pelo interesse pessoal do historiador. Na verdade, o questionamento a respeito de uma possível imoralidade do saber histórico – já levantado a respeito da representação e tratamento das experiências traumáticas do século XX, em especial da Shoah – pode simplesmente ser invertido e dar vazão à seguinte pergunta: e se novas formas de conduta ética conduzirem ao questionamento de práticas epistêmicas – acadêmicas e institucionais – já estabelecidas? Para isso, é necessário reconhecer que a disciplina histórica está atravessada pela política, e transformar isso em algo positivo. Caso contrário, a rememoração de Paul acaba sendo apenas a reflexão de um historiador bem-sucedido acerca de sua própria trajetória.

Talvez o que falte seja acrescentar à discussão um compromisso mais detido com os sentidos possíveis da palavra democracia. Tal como trabalhada em vários livros por Jacques Rancière, democracia é tanto um regime de tomada da palavra e representação que tomou lugar nos últimos duzentos anos quanto uma forma de ser na política, oriunda da Grécia, baseada na incongruência entre a posse de títulos de poder e sua prática efetiva. O “escândalo” democrático é a revelação da arbitrariedade contida em qualquer pretensão ao poder (RANCIÈRE, 2014a, p. 55). “A desmedida democrática”, escreve o filósofo francês, “não tem nada a ver com uma loucura consumista qualquer”:

É simplesmente a perda da medida com a qual a natureza regia o artifício comunitário através das relações de autoridade que estruturam o corpo social. (...) É o de uma superioridade que não se fundamenta em nenhum outro princípio além da própria ausência de superioridade (RANCIÈRE, 2014a, p. 56).

A democracia efetua o rompimento da ordem, sustentada pelas virtudes bem-definidas, sempre normativas, que colocava *cada coisa em seu lugar*. Não é por outro motivo que política e estética se aproximam, pois ambas se referem à percepção. “Arte e política”, então, “têm a ver uma com a outra como formas de dissenso, operações de reconfiguração da experiência comum do sensível” (RANCIÈRE, 2012, p. 63). Como resultado, é possível pensar numa prática tanto política quanto estética comprometida com a elaboração do dissenso:

Esse é o trabalho da ficção. Ficção não é criação de um mundo imaginário oposto ao mundo real. É o trabalho que realiza *dissensos*, que muda os modos de apresentação sensível e as formas de enunciação, mudando quadros, escalas ou ritmos, construindo relações novas entre a aparência e a realidade, o singular e o comum, o visível e sua significação (RANCIÈRE, 2012, p. 64).

Nesse sentido, penso ser necessário incluir a estética enquanto terceiro termo na discussão. Gostaria de sugerir, então, duas aberturas possíveis uma vez que a ética e a historiografia encontram-se com a estética. A primeira abertura é a da travessura, isto é, a irreverência que permite, a partir de um lugar diverso, questionar a seriedade com que certas práticas definem a si mesmas como corretas, normativas ou virtuosas. Isso me parece condizer com uma situação na qual a historiografia não precisa mais ser a fiadora do que já foi, mas sim do que poderia ter sido. A segunda abertura, por sua vez, é a de não alocar a diferença no lugar reservado para ela, isto é, que a diferença não ocupe o lugar do diferente, uma vez que isso apenas ratifica, negativamente, a existência da norma. O desafio é criar, para citar Jacques Rancière mais uma vez, uma “história herética”, uma história que não discipline mais as experiências históricas pretéritas ao lugar no qual elas são apenas inteligíveis como palavras de uma dada realidade; e isso é tanto mais necessário quanto se considera que

(...) ou a história se dedica primeiro a consolidar seu reconhecimento “científico, arriscando-se a liquidar sua aventura própria ao fornecer à sociedade dos vencedores a enciclopédia de sua pré-história, ou se interessa primeiro pela exploração dos múltiplos caminhos de cruzamentos imprevisíveis pelos quais podem ser apreendidas as formas da experiência do visível e do dizível que constituem a singularidade da era democrática e assim permitem repensar outras eras (RANCIÈRE, 2014b, p. 157).

Referências bibliográficas

ARAUJO, Valdei Lopes de; RANGEL, Marcelo de Mello. “Apresentação – Teoria e história da historiografia: do giro linguístico ao giro ético-político”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 17, abril de 2015, pp. 318-332.

AVELAR, Alexandre de Sá; GONÇALVES, Márcia de Almeida. “Giro linguístico e escrita da história nos séculos XX e XXI”, in MEDEIROS, Brunos Franco *et alii*. *Teoria e Historiografia: Debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, pp. 57-78.

BADIOU, Alain. *O século*. Aparecida: Ideias & Letras, 2007.

CASSIN, Barbara. “Consenso e crítica de valores – O que é um elogio?”, in CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole; PESCHANSKI, Catherine. *Gregos, bárbaros, estrangeiros: a cidade e seus outros*. São Paulo: Editora 34, 1993, pp. 34-55.

_____. *Ensaio sofisticado*. São Paulo: Siciliano, 1990.

CERTEAU, Michel de. “A operação historiográfica”, in _____. *A escrita da história*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, pp. 65-130.

CHUN, Wendy Hui Kyong. *Updating to Remain the Same: Habitual New Media*. Cambridge, Mass.: The MIT Press, 2006.

DASTON, Lorraine. “Introduction: Scientific Personae and their Histories”, in *Science in Context*, 16 (1/2), 2003, pp. 1-8.

DOMANSKA, Ewa. “El viraje performativo en la humanística actual”, in *Criterios*, La Habana, nº 37, 2011, pp. 125-142.

KELLEY, Donald R. *History and the Disciplines: The Reclassification of Knowledge in Early Modern Europe*. Rochester, NY: University of Rochester Press, 1997.

LACAPRA, Dominick. “Conclusión: psicoanálisis, memoria y el giro ético”, in _____. *Historia y memoria después de Auschwitz*. Buenos Aires: Prometeo, 2001, pp. 207-240.

LATOUR, Bruno. “Why Has Critique Run Out of Steam? From Matters of Fact to Matters of Concern”, in *Critical Inquiry*, vol. 30, nº 2, Winter 2004, pp. 225-248.

OHARA, João Rodolfo Munhoz. “The Disciplined Historian: ‘Epistemic Virtue’, ‘Scholarly Persona’, and practices of subjectivation. A proposal for the study of Brazilian professional historiography”, in *Práticas da História*, vol. 1, nº 2, 2016, pp. 39-56.

OLIVEIRA, Maria da Glória. “Fazer história, escrever história: sobre as figurações do historiador no Brasil oitocentista”, in *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 30, nº 59, 2010, pp. 37-52.

_____. “O nobre sacerdócio da verdade: reflexões sobre o ofício do historiador no Brasil oitocentista”, in *Lusitana*, nº 9/10, 2013, pp. 191-207.

PAUL, Herman. “Distance and Self-Distanciation: Intellectual Virtue and Historical Method Around 1900”, in *History & Theory*, 52, December 2011a, pp. 104-116.

PAUL, Herman. “Historicismo fraco: sobre hierarquias de virtudes e de metas intelectuais”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 21, agosto de 2016a, pp. 25-42.

_____. “Performing History: How Historical Scholarship Is Shaped By Epistemic Virtues”, in *History & Theory*, 50, February 2011b, pp. 1-19.

_____. “Sources of the Self: Scholarly Personae as Repertoires of Scholarly Selfhood”, in *BMGN – Low Countries Historical Review*, 131(4), 2016b, pp. 135-154.

_____. “The Virtues and Vices of Albert Naudé: Toward a History of Scholarly Personae”, in *History of Humanities*, 1 (2016), pp. 327-338.

_____. “What is a scholarly persona? Ten theses on virtues, skills, and desires”, in *History & Theory*, 53, October 2014, pp. 348-371.

- RANCIÈRE, Jacques. *O ódio à democracia*. São Paulo: Boitempo, 2014a.
- _____. *Os nomes da história* – Ensaio de poética do saber. São Paulo: UNESP, 2014b.
- _____. “Paradoxos da arte política”, in *O espectador emancipado*. São Paulo: Martins Fontes, 2012, pp. 51-82.
- SANTOS, Evandro. *Ensaio sobre a constituição de uma ética historiográfica no Brasil oitocentista: Francisco Adolfo de Varnhagen, o historiador no tempo*. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 2014, tese de doutoramento.
- RANGEL, Marcelo de Mello; SANTOS; Fábio Muruci dos. “Algumas palavras sobre o giro ético-político e história intelectual”, in *Revista Ágora*, Vitória, nº 21, 2015, pp. 7-14.
- SHAPIN, Steven. *A Social History of Truth: Civility and Science in Seventeenth-Century England*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- SMITH, Barbara Hernstein. *Crença e resistência: a dinâmica da controvérsia intelectual contemporânea*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.
- TURIN, Rodrigo. “Uma nobre, difícil e útil empresa: o *ethos* do historiador oitocentista”, in *História da Historiografia*, Ouro Preto, nº 2, março de 2009, pp. 12-28.
- VOIGT, André Fabiano. “Há um ‘giro ético-político’ na história?”, in MEDEIROS, Brunos Franco *et alii*. *Teoria e Historiografia: Debates contemporâneos*. Jundiaí: Paco Editorial, 2015, pp. 79-93.
- WEINGART, Peter. “A short history of knowledge formations”, in FRODEMAN, Robert (ed.). *The Oxford Handbook of Interdisciplinarity*. Oxford: Oxford University Press, 2010, pp. 3-14.
- WHITE, Hayden. *Metahistória: a imaginação histórica do século XIX*. São Paulo: EdUSP, 2008 [1973].